

Lusofonia, Lusografias e  
Imaginários Singulares:  
Espaços Entrecruzados



TEXTOS DE REFERÊNCIA

# Lusofonia, Lusografias e Imaginários Singulares: Espaços Entrecruzados

*Carlos Serrano*



Academia  
da Latinidade

Rio de Janeiro, 2001

© Carlos Serrano

Publicado por

Educam — *Editora Universitária Candido Mendes*

Rua 1º de Março, 101, Sala 26, Centro

Cep 20010-010 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Coordenação Editorial

*Hamilton Magalhães Neto*

Revisão

*Luiz Carlos Palhares e Ademilson Coutinho*

Capa

*Paulo Verardo*

Editoração Eletrônica

*Textos & Formas Ltda.*

(21) 2516-7997

A língua constituiu o instrumento do contato, primeiramente, e de dominação, em seguida. Torna-se a língua veicular dos diversos espaços e dos entrelugares possíveis na contemporaneidade. Mas, mesmo assim, os processos de reconversão, de inovação e auto-afirmação emergem e expressam novos espaços da língua apropriada. Na simultaneidade do tempo, inerente à comunidade imaginada, a língua ainda é, por um lado, a unidade comunicativa das identidades parcelares e lingüísticas dos espaços nacionais em formação (africanos), mas é também espaço privilegiado para o tempo projetivo das diferenças tanto lingüísticas quanto narrativas do discurso. Esse entrelugar, tão ignorado por alguns, não pode ser deixado de lado quando tratamos de assunto de tal grandeza. Poderíamos aqui citar o texto de Silviano Santiago “O Entre-Lugar do Discurso Latino-Americano” (2000), em que o autor analisa a questão voltando-se para os povos latinos, mas que pode perfeitamente se enquadrar no tema que estamos nos propondo a desenvolver, e que inicia a obra de ensaios *Uma Literatura nos Trópicos*. Com muita lucidez, trata do espaço da língua e do pensamento nas comunidades contemporâneas. Também citamos, neste momento, as palavras de Wole Soyinka (*in* Reis, 1995, p. 8), que nos diz:

Recusamos terminantemente a defender a exclusão de qualquer fonte de conhecimento, seja oriental, européia, africana,

polinésia ou qualquer outra. Não é possível que se queira legislar e que, uma vez que se adquira um conhecimento, esse conhecimento seja extirpado para sempre como se nunca tivesse existido.

É com essa linha de raciocínio que nos dirigimos a todos. Em nosso ensaio, privilegiaremos Angola, para melhor expormos alguns pontos por nós colocados no tema.

A descoberta do reino do Congo por Diogo Cão traduz os primeiros impasses lingüísticos do navegador português, ao estabelecer contatos com os súditos de Mani-Congo, apesar “de Lingoas e Intérpretes desvairados muy bem providos”, segundo o cronista Rui de Pina, mas esse era um novo espaço de diferentes falares. Assim, Diogo Cão põe em prática o processo tradicional de reter alguns homens contatados, levando-os para Portugal a fim não de fazê-los escravos, mas de lhes ensinar a língua. Diz-nos Rui de Pina

que depois de aprenderem a lingoa, costumes, e tençam d’ElRey e do Regno de Portugal, tornariam em suas terras, e per seu meo as cousas d’hua parte, e da outra se podiam bem comunicar; porque d’outra maneira, segundo a diversidade de Lingoa nom era possivel. (*In Russel, 1980, p. 242.*)

Mais tarde, com o beneplácito de D. Manuel, há notícias de estudantes congolezes enviados pelo Mani-Congo a mosteiros e conventos de Lisboa. A cristianização de elementos da corte congoleza e a aprendizagem da língua portuguesa iniciam o processo de bilingüismo, já conhecido pelos africanos em relação aos seus vizinhos, mas agora numa perspectiva transcontinental.

Diz-nos Peter Russel (1980) que um estudo de caráter etnológico dos primeiros anos de contato com o Congo, feito

pelo Professor Randles, mostra que a falta de aptidão tanto dos missionários quanto dos congolese para se comunicar dava azo a equívocos acerca das crenças. Devem-se, sem dúvida, aos missionários portugueses e africanos convertidos textos bíblicos e gramáticas de quicongo como esforço de comunicabilidade no processo de evangelização, esforço esse prosseguido, no século XIX, pelos missionários protestantes.

Os primeiros empréstimos lexicais luso-angolanos recíprocos datam desse primeiro encontro.<sup>1</sup>

Um processo semelhante se dá mais ao sul, no século XVI, agora num espaço lingüístico mbundo autonomizado do reino do Congo, o reino de Ndongo. As relações estabelecidas com o Ngola pela necessidade do tráfico de escravos não são pacíficas. O ano de 1575 é tomado pelos angolanos como o início da conquista colonial, ano da chegada de Paulo Dias de Novais, primeiro governador geral de Angola num espaço ocupado, de relações de dominação não só políticas mas também culturais.

Mesmo sendo um tempo de resistência, é também um momento de conhecimento recíproco. Para lá do processo de cristianização dos angolanos, certos documentos dão a conhecer também o que se podia denominar “uma certa africanização” dos europeus em termos culturais. A descrição de Elias Alexandre da Silva Corrêa (1937), no século XVIII, é precisa a esse respeito: “não há europeu, americano ou asiático que deixe de se acostumar a comer cola, se não de-

---

1. A título de exemplo, cito as palavras “feitiço”, do lado lusitano, banalizado desde aquele momento, e “manipança”, do lado congolês (ver o conto “São Marcos”, de Guimarães Rosa). Para melhor conhecimento sobre o assunto, consulte-se Jean de Dieu Nsondé (1995).

siste das pretensões de ser amante”. Num espaço urbano emergente, Luanda dá-nos a conhecer um código não-lingüístico mas necessário ao acesso às mulheres, um código de amor através de um símbolo bem africano: a noz de cola.

O cotidiano exige um reconhecimento do Outro em seus universos verbais e culturais, mesmo quando se exigem padrões e normas impostos pela dominação. O domínio da escrita ainda é administrativo e missionário, mas a fala, enquanto expressa pelo bilingüismo, necessário à comunicação, banaliza-se no ponto de encontro, encruzilhada de culturas, que é o centro urbano em causa, a cidade de Luanda — encontro racial, lingüístico, cultural e étnico.

Vamos encontrar ainda em Luanda, no século XIX, com o fim do tráfico, uma secularização dos saberes e o início da banalização não só das falas, mas também da escrita, pelo menos para uma certa pequena burguesia — “os filhos da terra”. São as novas formas desse encontro, impostas pela “situação colonial” vigente. Esse grupo social, que achamos poder denominá-los “elite intelectual”, no sentido gramsciano, como fração de classe encontra seu papel histórico no final desse século, ao expressarem seus problemas e seus universos culturais na língua apropriada através de jornais que, em si, encerram um tempo não mais mítico de seus ancestrais mas um tempo da simultaneidade, tal como concebido por Benedict Anderson (1989). Um tempo que pode, através do espaço escrito, expressar um tempo do passado, do presente e do futuro de uma maneira simultânea. Os jornais e o romance são os veículos desse tempo, que possibilita a idéia de “comunidade imaginada” como nação, tornando uno aquilo que é diverso e disperso.



Esses jornais, por vezes bilíngües, começam por reivindicar a autonomização do espaço colonizado, ainda que de forma incipiente, mas também uma autonomização da escrita, expressa por vezes na língua materna (o quimbundo).

Se a lusofonia se impõe como linguagem necessária ao encontro, ela também se distancia enquanto expressão escrita de espaços nacionais. A unidade da comunicação se opõe à diversidade das lusografias. A propósito, empregamos aqui o conceito “lusografia” não como substituto de lusofonia, mas como referência às modalidades escritas, como o faz Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho (1995) e utilizado pelo poeta angolano David Mestre em um dos seus últimos livros de crítica literária, *Lusografias Crioulas*.

O título desse livro por si já nos indica o espaço de certo hibridismo, lugar que agora não é só da língua em termos lexicais apropriada, mas de alguma maneira materializada pela escrita. O bilingüismo tem agora um terceiro vértice no encontro lingüístico que emerge desse processo dialético, mas que não substitui nenhum dos elementos anteriores em contato.

A geração de 1948-1950 vai ter um papel decisivo na recriação dessa escrita e da expressão de um povo, através de um imaginário próprio que reconquista sua dignidade e a autonomiza definitivamente de qualquer associação com a literatura colonial.

Há que reinventar o passado não só com a recuperação dos heróis míticos, mas há que dar-lhe outra vida, com os olhos do presente e, se possível, do futuro. Inicia-se a jornada para a construção da “comunidade imaginada”, a nação angolana. É através de um movimento cultural que é enunciado o postulado “Vamos Descobrir Angola”, princípio

orientador do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, em torno da revista *Mensagem*.<sup>2</sup>

Se o espaço político desses jovens intelectuais era extremamente restrito, devido às condições de repressão existentes, a sua ação, no entanto, foi importante na formação das novas gerações de escritores angolanos. Desde as discussões de temas políticos à orientação de leituras de clássicos disponíveis marcaram o cotidiano dessa relação geracional, como nos afirmou Mário António.

Benjamin Abdala Júnior (1991) já nos tinha ressaltado a continuidade de um “processo que levaria aos valores ideológicos e literários da Angola contemporânea”, que tem origem naquelas raízes.

A segunda fase desse processo é a da racionalização da identidade cultural a que estamos nos referindo e que procede da *intelligentsia* urbana. São eles angolanos não só por rejeição ao modelo português, o que, embora importante, ainda é limitado, mas pelo conhecimento da própria autonomia, autonomia essa que se dá em termos do discurso e do reconhecimento de seus próprios valores: as línguas, a geografia, as condições existenciais. Enfim, começa a formar-se um tecido em que se afirma historicamente a existência e a idéia de uma autonomia angolana.

No discurso da *intelligentsia*, mas também abertamente a partir de 1945-1948, não há diferenças entre os angolanos: todas as formas, todas as línguas, todas as estruturas contribuem para a formação de um tecido nacional, e não pode,

---

2. Ver os números 2, 3 e 4 da revista *Mensagem*, de outubro de 1951, janeiro e abril de 1952, da Associação Regional dos Naturais de Angola.

por isso, haver diferenças entre elas. Queremos aqui deixar enfatizada a idéia de que esse é um pensamento e um discurso nativistas por excelência. Não é a idéia, evidentemente, que se faz dos angolanos através do discurso do colonizador. Já dissemos que essa ação do intelectual, que só podia ser urbano, tinha imposto uma dissolução, ainda que limitada, das concepções apertadas das diversas nações (etnias). E nesse caso, em Luanda, a capital, e em Benguela, já existia um embrião de pequena burguesia separada, pelo menos em parte, das origens regionais. A importância dessa pequena burguesia é fundamental, porque ela foi historicamente obrigada a assumir a responsabilidade da criação dessa fase de consciência nacional.

Um dos jovens poetas e principal articulador daquele movimento cultural, Viriato da Cruz, membro fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola, escreveu

poemas que eram um indicar de caminhos que não quis ou soube percorrer. Poemas em que se não sabe onde começa o poeta e onde começa a sua gente, como em ‘Sô Santo’, ‘Namoro’, ‘Makezú’, onde a voz do poeta se mistura com a voz do povo, através de suas manifestações anónimas de crítica [diríamos a mensagem], de enlevo, de graça — todas num tom de absoluta autenticidade [não confundir com *autenticité*, muito posterior]. (...)

Há lá versos como estes:

*E quando lá fora*

*O vento irado pelas frestas chora*

*E ramos xuaxalha de altas mulembas*

*E portas bambas batem em massembas...,*

de poeta que sabe jogar com todos os efeitos (onomatopeias, aliterações) para criar o ambiente cheio de sugestões e presença espiritual que dará realidade ao medo infantil:

*Eué! É Cazumbi.*

— talvez que só os africanos percebam isto. (Mário Antonio, 1990, p. 175-6.)

Esse espaço da literatura é recriado na ficção por Luan-dino Vieira, na qual também se fixa um novo léxico, seja apropriado do coletivo ou de reinvenção semântica, plena subversão da palavra e recriação de um imaginário singular em que se evidenciam alguns pontos:

- exclusão ou ausência do Outro dominador, em estórias como *No Antigamente da Vida*;
- motivação e voluntarismo, como em *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*; ou ainda
- construção da utopia, em *Vidas Novas*.

Diz-nos Luandino, com um certo profetismo, nesse último livro, pela voz de Cardoso Kamukilo, sapateiro: “Se não matarem todos os monandengues da nossa terra, eles contarão mesmo para seus filhos e seus netos dos tempos bons que vêm aí.” É a consciência antecipadora em sua função utópica, tal como enunciada por Ernst Bloch.

Quanto mais distantes estão os sujeitos desses discursos impressos dos espaços de intercomunicação, mais eles se autonomizam, porque são alimentados pela proximidade com o discurso oral dos diversos sujeitos nacionais e dos diversos sentidos que dão à palavra. Enquanto as lusografias se identificarem com a oralidade original e seus imaginários em si expressos, os caminharos continuarão paralelos, mesmo que ainda próximos, porque continuarão autônomos e libertários.

Dou aqui voz ao poeta Manuel Rui, que bem sintetiza esses caminharos dos que, mesmo nômades, são os senhores de seus imaginários:

Sou nômade. Atravesso o deserto em busca de água e onde encontrar páro com o gado. Boi, deserto, água o triângulo que eu falo. Mas posso transmitir ao poeta escrito o pensamento a partir do qual ele transformará as palavras em texto. Eu sou o poeta escrito e faço a comunicação. Da oratura à escrita. De uma língua a outra, já interferida para uma semântica nova: a minha identidade. (...)

Eu sou o poeta, escrito literato. Da oratura à minha escrita quase só me resta o vocabular, signo a signo em busca de som, do ritmo que procuro numa outra língua. (...) quase assumo a morte do que foi oral: a oratura sem griô, (...) sem a fogueira que aquece a história. (...) (Texto de abertura da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos.)

O espaço liminar ou entrelugar dos diversos imaginários singulares pode constituir espaços do hibridismo cultural e é nele que se situa a maior parte dos intelectuais sujeitos do discurso nacional. Isso não impede a reafirmação cultural de suas identidades, expressas nos discursos narrativos da história mítica, do cotidiano vivido ou das utopias a construir.

Contudo, o espaço dos imaginários singulares, a serem descobertos reciprocamente pelos diversos olhares autônomos e não-alheios ao Outro, poderá criar caminhos e espaços entrecruzados.

Também os diversos saberes podem concorrer, dentro de certa interdisciplinaridade, para a proximidade dos saberes plurais. A antropologia, a história, as literaturas e outras humanidades são necessárias à revelação do Outro, mesmo que se expressem em outras ou na mesma língua.

Caminhos entrecruzados, como nos diz a sabedoria popular, pela sua própria voz:

*Livambu*

Livambu limueka podi liata muntu ko.

Fuaniki uliata mavambu muali, ngeie muntu.

*Cruzamento de caminhos*

O homem não pode andar em um só caminho.

São precisos dois caminhos para ti que és homem.

(Provérbio cabinda.)

## Referências Bibliográficas

- ABDALA Jr., Benjamim (1991). “Agostinho Neto e a Poética do Caderno ‘Poesia Negra de Expressão Portuguesa’”. *Letras & Letras*, nº 52. Porto, 7 de agosto.
- ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Editora Àtica.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva (1937). *História de Angola*. Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, vol. I.
- NSONDÉ, Jean de Dieu (1995). *Langues, Culture et Histoire Koongo aux XVIIe et XVIIIe Siècles*. Paris, l’Harmattan.
- MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro (1995). *A Língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação*. Évora, Pendor Editorial.
- OLIVEIRA, Mario António Fernandes de (1990). *Reler África*. Coimbra, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- REIS, Eliana Lourenço de Lima (1995). *A Literatura de Wole Soyinka: Pós-Colonialismo, Identidade e Mestiçagem Cultural*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará.
- RUSSEL, Peter (1980). “Problemas Sociolingüísticos relacionados com os Descobrimientos Portugueses no Atlântico Africano”. *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 26, tomo II.

SANTIAGO, Silvano (2000). *Uma Literatura nos Trópicos — Ensaio sobre Dependência Cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.